

Canudos – origem e desenvolvimento de um arraial messiânico

Publicado nos Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História (Belo Horizonte, 2 a 8 de setembro de 1973), São Paulo, 1974, pp. 461-81; republicado em: *Revista da Academia de Letras da Bahia*, n. 34, Salvador, janeiro de 1987, pp. 47-63; *Cartografia de Canudos*, Salvador, Secretaria da Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, EGBA, 1997.

Por volta de 1870, nos sertões da então província da Bahia, existiam duas pequenas localidades denominadas Canudos – o lugar Canudos, também mencionado como o “deserto dos Canudos”, em terras da freguesia de Nossa Senhora da Graça do Morro do Chapéu (1), e a “fazenda de Canudos”, referida nos limites entre as freguesias do Santíssimo Coração de Jesus de Monte Santo e Santíssima Trindade de Massacará (2).

O primeiro lugar continuou sendo, até os dias presentes, um pequeno povoado, sem história, com uma população de 90 habitantes, segundo os dados oficiais de 1957 (3). O outro, porém, obscura fazenda em origens, ganhou projeção nacional entre 1893 e 1897, quando foi destruído pela guerra e pelo fogo após uma sangrenta luta de alguns meses, tornando-se ponto de história do Brasil.

A fama da localidade começou a surgir quando, em junho de

1 Felisberto Freire, *História Territorial do Brasil (Bahia, Sergipe, Espírito Santo)*, vol. 1, Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1906, pp. 235-8.

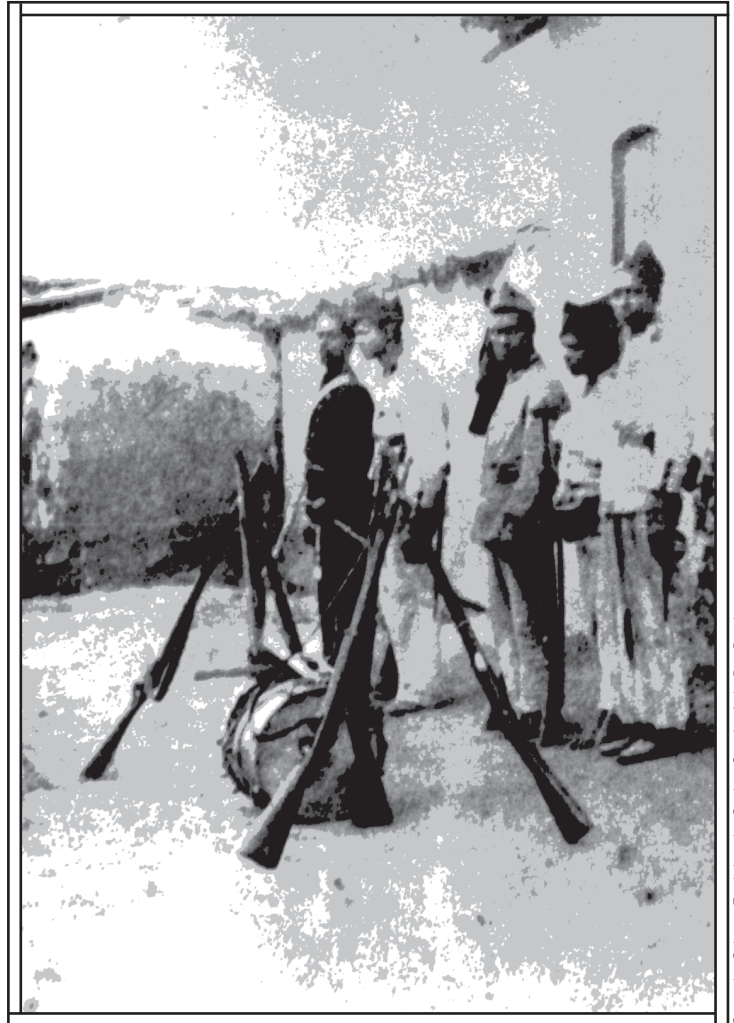
2 Idem, *ibidem*, p. 238.

3 *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958, 4, XXI, p. 50.

1893, ali chegou e se estabeleceu, acompanhado de milhares de seguidores, o “messias brasileiro mais conhecido e estudado” (4), Antônio Vicente Mendes Maciel, Antônio Conselheiro de alcunha, também cognominado Bom Jesus Conselheiro e Santo Conselheiro.

Segundo a tradição recolhida no meio de velhos moradores da área, as terras da fazenda pertenceram à gente da Casa da Torre, que as obtivera de sesmaria. Em 1856, possuíam quinhões de terras no lugar denominado Canudos, segundo o registro efetuado perante o vigário da freguesia de São João Batista de Jeremoabo, padre Joaquim Inácio de Vasconcelos, os senhores Lázaro Pereira Leal, Sebastião José Quadros e Vitorino José de Santana. Canudos, então, limitava-se ao nascente com a fazenda Cocorobó, ao norte com a Canabrava, para o poente com a Barra e para o sul com o Rosário (5). Ao tempo dos históricos acontecimentos que celebrizaram o arraial, as fazendas próximas, Cocorobó e Velha, eram propriedades da família do dr. Fiel de Carvalho, que também parece haver possuído um quinhão em Canudos (6).

Localizado à margem do Vaza-Barris, numa região onde correm alguns afluentes do citado rio – os riachos Mamuquem, do Mota, da Providência e o Rio Sargento –, o pequeno povoado desfruta de posição privilegiada. É que por ali passavam as estradas



Casa de Cultura Euclides do Cunha, São José do Rio Preto

das do Cambaio, do Calumbi ou do Rosário, de Massacará, de Jeremoabo, caminhos abertos à penetração do Rio São Francisco. De Canudos, na direção do oeste, partiam as estradas de Uauá e da Canabrava, através das quais se completavam as caminhadas dos sertões banhados pelo “rio da unidade nacional”.

Ponto de encontro de várias estradas, Canudos tornou-se pouso obrigatório de

4 Maria Isaura Pereira de Queiroz, *O Messianismo no Brasil e no Mundo*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1965, p. 203.

5 Livro de Registro dos Exemplos das Terras da Freguesia da Vila de Jeremoabo, conforme determina o Decreto 1.318, de 30 de janeiro de 1854, Livro 52, fls. 34, reg. 80 e fls 36, regs. 84 e 85. Encontrado no Arquivo Público da Bahia.

6 Manuel Benício, *O Rei dos Jagunços. Crônica Histórica e Costumes Sertanejos sobre Acontecimentos de Canudos*, Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1899, p. 166.

viajantes que aí pernoitavam e tratavam de suas montarias, dando ensejo à atividade de ferreiros, consertadores de ferramentas de animais. O criatório de bode, muito difundido nas redondezas, era o principal esteio da pequena economia, por causa de couro vendido para Cumbe (Euclides da Cunha atual) e Monte Santo. Plantava-se cana nas margens do rio e seus afluentes, para a rapadura destinada ao consumo local. Nas grandes fazendas, criava-se também o gado vacum.

Surgida em pleno sertão, distanciada dos núcleos maiores de povoamento, a fazenda de criar cedo passou a ser um centro de reunião de gente “suspeita e ociosa”, conforme informou a Euclides da Cunha o padre Vicente Ferreira dos Passos, antigo vigário da freguesia de Jeremoabo que, em 1876, andara em desobriga na zona. Registrando notas manuscritas em seu poder, escreveu o autor de *Os Sertões*: “Já em 1876, segundo o testemunho de um sacerdote, que ali fora, como tantos outros e nomeadamente o vigário do Cumbe, em visita espiritual à gentes de todo despeadas da terra, lá se aglomerava, agregada à fazenda, população suspeita e ociosa, armada até os dentes” e “cuja ocupação, quase exclusiva, consistia em beber aguardente e pitar uns esquisitos cachimbos de barro em canudos de metro de extensão cujos tubos eram naturalmente fornecidos pelas solanáceas (canudos de pito) vicejantes, em grande cópia, à beirada do rio” (7).

Vimos confirmadas as informações do padre Vicente Ferreira dos Passos num documento assinado pelo delegado de polícia de Monte Santo no qual constava que certo criminoso possivelmente estava homiziado em Canudos, onde não era fácil chegar a ação dos representantes da lei.

Do exposto, podemos concluir que a fazenda Canudos, depois arraial de Canudos, chamado povoado do Belo Monte pelo Conselheiro, após sua chegada ao lugarejo, era um local dos sertões baianos, como inúmeros outros, aliás, que apresentava condições favoráveis ao desenvolvimento de um ponto de reação ao poder constituído.

O arraial, em 1890, três anos antes de

sua ocupação pelo Santo Conselheiro, teria “cerca de cinquenta capuabas arruinadas”, admitiu Euclides da Cunha (8). Cerca, portanto, de 250 habitantes, conjeturamos, admitindo uma média de cinco pessoas para cada casebre. As casinholas ficaram, na sua maioria, numa espécie de praça ali existente, onde havia um barracão, conforme nos declarou Manuel Ciríaco (9), homem dos tempos do Conselheiro. Os casebres de Euclides da Cunha não devem ser entendidos no rigor da expressão. Havia alguma coisa além das “capuabas arruinadas”. Uma pequena capela e umas duas ou três casas de melhores condições. A casa de Antônio da Mota era uma delas, sem dúvida alguma. Negociante de couro, chefe de numerosa família, Antônio da Mota possuía uma casa regular, segundo ouvimos de diversos sobreviventes da guerra. Ficava situada na praça, perto da capelinha levantada em anos mais recuados. Antônio Conselheiro, quando esteve no arraial pela primeira vez, prometeu a Antônio da Mota, de quem era compadre, que edificaria uma igreja maior, promessa cumprida em 1893. O velho Macambira, antigo morador do povoado, negociante e pequeno criador, também devia possuir uma moradia melhor do que as palhoças referidas por Euclides da Cunha.

O centro do arraial, evidentemente, estava situado na praça que alguns denominam das “igrejas” e outros chamavam das “casas vermelhas” ou ainda “do comércio”. A primeira denominação vem do fato de ali estarem, uma diante da outra, a Igreja de Santo Antônio, cuja edificação parece haver sido concluída em 1893, e a do Bom Jesus, de maiores proporções, ainda em construção na época da guerra. A outra designação é originada de um “correr” de casas de telha, no lado oposto às igrejas, pertencentes ao comerciante Antônio Vila Nova, e João Abade, o “chefe do povo”. Eram as mais confortáveis de toda a localidade, levantadas depois da chegada do Bom Jesus Conselheiro. “Do comércio”, por causa da loja de Vila Nova.

Partindo da praça, um número elevado de casebres, levantados apressadamente à proporção que iam aparecendo os fanáti-

7 Euclides da Cunha, *Os Sertões*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1902, p. 187.

8 Idem, *ibidem*.

9 Ouvimos, mais de uma vez, a declaração de Manuel Ciríaco a respeito do barracão onde ficara Antônio Conselheiro, em sua primeira passagem por Canudos.

cos, tomava o nome de “ruas”: Campo das Abóboras, da Caridade. A única perfeitamente alinhada era a do Monte Alegre, que ia terminar na Estrada de Uauá. As demais eram “pura ênfase dos seus moradores”, observou Sílvio Rabelo (10). Olhando a “Tróia de taipa” do alto da trincheira “Sete de Setembro”, Euclides da Cunha nos legou a descrição que se segue.

“Do alto da trincheira ‘Sete de Setembro’, erguida num contraforte avançado do morro da Favela, quem observa tem a impressão inesperada de achar-se antes uma cidade extensa, dividida em cinco bairros distintos e grandes, revestindo inteiramente o dorso das colinas.

É um quadro surpreendente, o deste acervo incoerente de casas – todas com a mesma feição e a mesma cor, compactas e unidas no centro de cada um dos bairros distantes, esparsas e militarmente dispostas em xadrez nos intervalos entre eles.

Não há propriamente ruas, que tal nome não se pode dar às vielas tortuosas, cruzando-se num labirinto inextrincável – e as duas únicas praças que existem, excetuada a das igrejas, são o avesso das que conhecemos: – dão elas os fundos de todas as casas, são um quintal em comum” (11).

Frei João Evangelista do Monte Marciano, que visitou o Belo Monte no ano de 1895, em pleno desenvolvimento do arraial messiânico, encontrou “casinholas toscas, construídas de barro e cobertas de palha, de porta sem janela e não arrumadas. O interior é imundo, e os moradores que, quase nus, saíam fora a olhar-nos, atestavam no aspecto esquelético e quase cadavérico as privações de toda espécie que curtiam” (12).

O frade viu, ainda em cerca de duas horas, a passagem de oito enterros, o que lhe disseram depois ser fato comum na localidade (13). Como indagava, numa das suas práticas, quem era o responsável por aquela mortandade, ouviu uma voz lamuriosa, partida do seio dos assistentes: “é o Bom Jesus que os manda para o Céu” (14).

Superior ao número dos mortos, eram os grupos de adeptos que surgiram todos os

dias, procedentes de diversos pontos da Bahia e de Sergipe. Vinham, sobretudo, daqueles lugares por onde peregrinara, durante mais de vinte anos, o Santo Conselheiro. Gente do Tucano do Itapicuru, de Entre Rios, de Inhambupe, do Conde, de Pombal, de Monte Santo, de Alagoinhas, de Massacará, de Jeremoabo, de Curaçá, de Campos, de Itabaianinha, de Vila Cristina, do Geru. Pessoas de recursos, que vendiam sua terra e seu gado. Homens e mulheres paupérrimos. Índios do aldeamento de Mirandela e Rodelas, certamente localizados na Rua dos Caboclos; pretos libertados pela Lei Áurea, conhecidos por “13 de Maio”, que deviam predominar na “rua dos negros”. Doentes mentais, aleijados, incapacitados que viviam das esmolas do Bom Jesus e esperavam seus milagres. Todos atraídos pelo poder de Antônio Conselheiro, pelos seus conselhos, pelo lenitivo que eles lhes podia proporcionar.

“Quem quiser remédio santo

Lenitivo para tudo

Procure o Conselheiro

Que ele esta lá nos Canudos” (15).

“Da ‘Meca’ do Conselheirismo, os fiéis convocaram novos adeptos, chamando os parentes e amigos para a ‘nova barca de Noé’ que outra não era senão o Belo Monte” (16). Euclides da Cunha anotou, numa das páginas de sua *Caderneta de Campo*, frase de um dos jagunços, definidora do proselitismo praticado em canudos: “tocaram a me mandar cartas” (17).

Favila Nunes obteve e divulgou missivas de jagunços, bem significativas dos apelos, endereçadas aos parentes, aos compadres, aos amigos. José Mendis (sic) dos Reis mandou perguntar a Benedito Pereira de Souza: “Agora aparece por cá uma notícia que o concelero diz que quem não for daqui até agosto que não entra mais hentão eu lhe mando pedir a Vem, que ci for certo eu saber diretamente disto” (18).

Do Belo Monte, José Felix, apelidado de Taramela, que gozava da confiança do Santo Conselheiro, respondeu a Romão Soares dos Santos: “Recebi sua estimada

10 Sílvio Rabelo, *Euclides da Cunha*, Rio de Janeiro, Coleção Estudos Brasileiros da Casa do Estudante do Brasil, 1948, p. 169. O verdadeiro nome da rua parece que era Campo Alegre e não Monte Alegre.

11 Euclides da Cunha, *Canudos. Diário de uma Expedição*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1939, p. 86.

12 João Evangelista do Monte Marciano, *Relatório... ao Arcebispo da Bahia sobre Antônio Conselheiro e seu Séquito no Arraial dos Canudos*, Bahia, Tip. do Correio das Notícias, 1895, p. 4.

13 Idem, *ibidem*.

14 Idem, *ibidem*, p. 6.

15 José Calasans, *No Tempo de Antônio Conselheiro*, Salvador, Liv. Progresso Editora, s.d., p. 62.

16 Barreto Dantas, *Última Expedição a Canudos*, Porto Alegre, Francisco Irmão Ed., 1898, p. 16.

17 Euclides da Cunha, *Caderneta de Campo*, manuscrito guardado no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 023, lata 383.

18 J. P. Favila Nunes, *Guerra de Canudos*, vol. I, fasc. 3, Rio de Janeiro, Tip. Moraes, 1898, p. 31.

carta, e sobre ela respondo-lhe que Vm tendo vontade e gosto de vir faça por vir o mais breve que lhe seja possível, com sua família pois a marca do Senhor já esta para os Christãos que quizerem gozar de sua Santa Companhia” (19).

Muitos outros exemplos poderiam ser indicados. Os trechos referidos, porém, são suficientes para dar uma idéia dos chamamentos partidos do arraial “sagrado” do Belo Monte, onde os republicanos, os protestantes e os maçons eram renegados. Estes não podiam pisar o chão abençoado, porque Antônio Conselheiro não os queria. Daí, as advertências contidas em algumas cartas; “Lá na Freguezia já tem muito gente com o carimbo do anticristo e o meu Compadre Conselheiro não quer que esta gente entri acuí” (20). Ou então: “Não traga gente que Vma ver que é fora do gosto do Sr. Conselheiro” (21).

A história do crescimento populacional de Canudos é composta de algumas etapas, que julgamos hajam sido as seguintes:

- 1) os primitivos moradores do arraial;
- 2) os seguidores de Antônio Conselheiro com ele chegados;
- 3) as levas de sertanejos, procedentes de vários municípios, que se transportaram para o Belo Monte entre 1893 e 1896;
- 4) homens e mulheres que, iniciada a guerra, quiseram ir para o lado do Conselheiro no intuito de defendê-lo e com ele sofrem as terríveis agruras daqueles momentos difíceis.

A população autóctone seria pequena, como já constatamos noutra ponto desta comunicação. Às vésperas do início da campanha, o capitão Jesuíno Lima, negociante expulso do arraial pelos jagunços, falou numas “seis ou oito famílias” da terra, minoria inexpressiva (22). Relacionados menores abrigados pelo Comitê Patriótico da Bahia, no fim da luta fratricida, o jornalista Lélis Piedade menciona pouquíssimos nomes de crianças nascidas no povoado (23). A grande massa humana provinha de pontos próximos ou distanciados dos sertões nordestinos.

Em maio de 1893, pouco antes do combate de Masseté, no município baiano de

Tucano, onde os conselheiros enfrentaram e venceram uma tropa da polícia baiana, o dr. Salomão de Souza Dantas, promotor público em Itapicuru, encontrou o Bom Jesus na fazenda Olhos d’Água. A propósito do inesperado encontro, disse o dr. Salomão:

“O mulhério constituía, então, a parte mais numerosa do pessoal fanático, podendo ser calculado em dois terços do bando que acompanhava o Conselheiro. Em Olhos d’Água, este disporia, aproximadamente, de cem a duzentos homens de combate, com os quais fez a proeza de Masseté, ganhando, daí em diante, prestígio e poderio incalculáveis em todo o sertão da Bahia e estados limítrofes” (24).

O bom êxito das hostes de Antônio Vicente animou os partidários, que ocorreram de vários pontos, dispostos a todos os sacrifícios. Em pouco tempo, a imprensa noticiava que cerca de duas mil pessoas haviam tomado a direção de Canudos acompanhando o messias (25). Os seiscentos acompanhantes aumentaram para dois mil, dos quais somente quinhentos seriam válidos, adiantava, em setembro, o correspondente do *Diário de Notícias*, gazeta de Salvador, noticiando a presença do Conselheiro em Canudos, que ele determinara passasse a ser Belo Monte, como desde então os jagunços obedientemente o fizeram (26). Aboletados de qualquer forma, os recém-chegados trataram de construir suas palhoças, preparar suas plantações e roças, ficando o grupo da “guarda católica” encarregado das medidas de defesa do arraial ameaçado pela troca de linha colocada à disposição do governador Rodrigues Lima, para vingar o malogro do riacho Masseté. A força federal que se deslocou até o município de Serinha terminou sendo recolhida aos seus quartéis, em Salvador, sem que se soubesse exatamente a razão do recuo.

Afastado o perigo da intervenção armada, o Belo Monte começou a viver uma existência própria sem nenhuma obediência ao poder público estadual, unicamente mantendo suas relações com a Igreja através do vigário do Cumbe, que aparecia para

19 Idem, *ibidem*.

20 Idem, *ibidem*, p. 34.

21 Idem, *ibidem*, p. 31.

22 “Antônio Conselheiro”, in *Diário de Notícias*, Bahia, 16/set./1896.

23 Lélis Piedade, *Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia*, lito – Tip. e Enc. Reis & Cia., 1901, p. 182.

24 Salomão de Souza Dantas, *Aspectos e Contraste: Ligeiro Estudo sobre o Estado da Bahia*, Rio de Janeiro, Tip. Revista dos Tribunais, 1922, p. 146.

25 “Monte Santo”, in *Diário de Notícias*, Bahia, 1/jul./1893, p. 1, c.7.

26 Manuel Benício, *op. cit.*, p. 166.

27 João Evangelista do Monte Marcano, *op. cit.*, p. 6.

28 Neritan Macedo, *Memorial de Vila Nova*, Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1964, p. 70.

29 Wolsey, *Libelo Republicano Acompanhado de Comentários sobre a Campanha de Canudos*, Salvador, Tip. do Diário da Bahia, 1899, p. 29.

30 Henrique Duque Estrada Macedo Soares, *A Guerra de Canudos*, Rio de Janeiro, Tip. Altino, 1902, p. 35.

31 Dantas Barreto, *Destruição de Canudos*, Pernambuco, Jornal do Recife, 1912, p. 295.

celebrar missas, fazer batizados e casamentos, até que afinal entrou em divergência com a jagunçada que lhe não respeitava a autoridade espiritual.

A população de Canudos continuou aumentando com a chegada de homens e mulheres de várias procedências. Em 1895, quando lá esteve a missão dos capuchinhos da Piedade, frei João Evangelista calculou que mais de seis mil pessoas haviam assistido a sua pregação, admitindo, porém, que a maior parte era gente de fora (27).

Talvez, na mesma época, tivesse Antônio Conselheiro feito o comentário recolhido por Honório Vila Nova, que o transmitiu a Nertan Macedo: “Quando Jesus Cristo andou pela terra foi acompanhado de cinco mil pessoas. No meio delas havia mais gente detestada do que boa. Ao lado do Bom Jesus já tem o mesmo número de pessoas” (28).

A fase da guerra iniciada em novembro de 1896 deu um impulso novo ao movimento migratório. A notícia de que o Santo Conselheiro estava ameaçado mobilizou milhares de sertanejos. Os jornais falam seguidamente nos numerosos grupos encontrados nas estradas de Canudos, armados como podiam, anunciando que iam “cortar soldados”, liquidar com a “fraqueza do governo”, como era chamada a força estadual. Tudo indica que, em poucos meses, os habitantes do Belo Monte tornaram-se muitos milhares. “Uma povoação de mais de vinte mil almas”, escreveu César Zama, terminado o conflito (29). A estimativa do tenente Macedo Soares é mais elevada. Participante da derradeira expedição, observando a “Tróia de taipa”, o jovem oficial de infantaria declarou: “seis mil e quinhentas habitações viam-se e trinta mil seres nelas se agitavam promiscuamente” (30).

Havia exagero no cálculo das casas, conseqüentemente no cômputo dos moradores. Ao final da refrega, as casas foram “cuidadosamente contadas” por comissão oficial nomeada para tal fim. Eram cinco mil e duzentas (31). Aceitando-se uma média de cinco pessoas por morada, o que julgamos razoável para famílias sertanejas, teríamos vinte e seis mil habitantes. Tal população, vale observar, era superior a qualquer outra

do estado, exceção da cidade de Salvador. O cálculo é evidentemente irreal.

A segurança do povoado ficava entregue à “guarda católica”, também denominada “Santa Companhia”, “Companhia do Bom Jesus”, com a incumbência de defender o arraial e o líder dos sertões. Permanentemente, revezando-se de quatro em quatro horas, os homens da Companhia mantinham guarda ao “Santuário”, residência de Antônio Conselheiro, localizado ao lado de uma das igrejas. Os membros da organização

Antônio Conselheiro



eram mantidos pelo Bom Jesus e possuíam fardamento próprio. Frei João Evangelista nos legou uma informação interessante a respeito do grupo garantidor do Bom Jesus Conselheiro: “Os homens então sempre armados dia e noite montam guarda a Antônio Conselheiro; parecem idolatrá-lo e cada vez que ele transpõe o limiar da casa em que mora é logo recebido com ruidosas aclamações e vivas à Santíssima Trindade, ao Bom Jesus e ao Divino Espírito Santo” (32).

O “povo da Companhia”, no modo de dizer dos primitivos moradores do arraial, constituía uma espécie de elite da comunidade. Sustentada pelo Conselheiro, sempre pronta para entrar em ação, vestindo-se de modo característico, a gente da “guarda católica” desfrutava de indiscutível prestígio. Havia, entre os seus integrantes, um pequeno grupo mais importante. Chamavam-no os “12 apóstolos”. O juiz preparador de Bom Conselho (Bahia), Pedro Batista do Espírito Santo, que descreveu a entrada solene do Conselheiro em sua cidade, fixou para a imprensa de Salvador os “12 apóstolos”:

[...] densa nuvem de poeira, a primeira ala composta de 12 homens vestidos de ca-

misola azul, no centro da qual destacava-se um vulto magro de cor macilenta, barba longa e grisalha, cabelos compridos e esparsos em desalinho pelos ombros, vestido de uma túnica branca e segurando um bastão, que lhe servia de arrimo aos vacilantes passos. Os 12 homens de camisola azul, atada à cinta por um grosso e comprido cordão arrematado por duas bolas, tendo sobre a cabeça um gorro da mesma cor, são os de sua maior confiança e por isto têm a denominação de Apóstolos e como tais são tidos e havidos” (33).

Macedo Soares fez um levantamento nominal de alguns membros da “guarda católica”, que não parecem ser exatamente os tais “apóstolos”. João Abade, Pajeú, Joaquim Macambira são os nomes citados (34). São também mencionados: Antônio Vila Nova, Antônio Beatinho, José Félix, o Taramela. Não apuramos, realmente, quais teriam sido os “apóstolos”, nem também o papel exato que desempenhavam no arraial missionário. Com segurança, sabemos apenas da posição de João Abade, o “comandante da rua”, o “chefe do povo”. Era o homem forte da comunidade, tendo somente de prestar obediência ao Santo Conselheiro. Cabia-lhe a chefia da “guarda”, a direção da guerra. Organizava os piques, escolhendo jagunços de sua confiança para as incumbências de ordem militar, punia os criminosos aplicando-lhes “bolos” com palmatória, prendendo-os na “poeira”, como se denominava a cadeia local. Ao seu lado, contudo, havia outra figura importante, seu vizinho de casa, pelo que sabemos seu amigo pessoal. Era o cearense Antônio Vila Nova, negociante de balcão, proprietário da loja mais acreditada de Canudos, onde trabalhava seu irmão Honório. Abade e Vila Nova, em face de tudo quanto lemos e, sobretudo, ouvimos, formavam a dupla de poder decisório na sociedade do Belo Monte, sobretudo a partir do começo da guerra. O Conselheiro, porém, jamais abdicou do direito de dizer a palavra final.

Os outros “apóstolos” teriam influência menor. Talvez não passassem de fiéis cumpridores de ordens, de elementos en-

32 João Evangelista do Monte Marciano, op. cit., p. 5.

33 Pedro Batista do Espírito Santo, “A Vila Bom Conselho Assaltada por Antônio Conselheiro”, in *Diário da Bahia*, Salvador, 12/dez./1895, p. 2, c. 5/6.

34 Henrique Duque Estrada Macedo Soares, op. cit., p. 38.

Batalha patriótica Moreira Alves



Casa de Cultura Euclides da Cunha, São José do Rio Preto

carregados de missões de pequena significação. O caso de Joaquim Macambira ilustra a nossa hipótese. Antigo morador do lugarejo, vivendo da vaqueirice e do comércio, Macambira, chefe de prole numerosa, mantinha contatos com proprietários e autoridades dos lugares próximos, entre os quais desfrutava de bom conceito.

A “santa companhia”, pensa Maria Isaura Pereira de Queiroz, formada por homens e mulheres, seria antes uma confraria do que uma guarda (35). A observação da socióloga paulista levou-nos à indagação entre sobreviventes do episódio Canudos. Embora não chegássemos à resposta conclusiva, estamos inclinados a acreditar que havia diferença entre a “Companhia do Bom Jesus” e a “guarda católica”, podendo a primeira, bem mais ampla, congregando homens e mulheres, ser apontada como uma confraria, enquanto a segunda, constituída de representantes do sexo masculino, armados, prestando serviços específicos, pagos pelo Conselheiro, era uma guarda. Na “companhia” estavam os beatos, na “guarda”, os clavinoteiros, os jagunços propriamente ditos. José Beatinho, Antônio Beatinho, José Félix, o velhinho Paulo José da Rosa, primeiro beato a acompanhar Antônio Conselheiro, constituíam o grupo dos rezadores, cantores de ladainhas, “tiradores” de terço. Muitos tinham “coração mole” e não se envolviam nas refregas, trabalhando em íntima ligação com as beatas, que não eram poucas. Teriam vindo das sacristias das igrejas, enquanto os famanazes do clavinote haviam sido recrutados em setores bem diferentes. No cangaço desenfreado dos sertões, nos quartéis de polícia, entre perseguidos, egressos das prisões, envolvidos nas malhas da justiça. A história de Canudos, Canaã dos sertões baianos, onde as terras dos barracos se converteriam em cuscuz e as águas do Vaza-Barris em leite, reflete muito bem a presença e a ação dos seus beatos e clavinoteiros, em meio à massa enorme de sertanejos fanatizados, que ouviram os conselhos do peregrino cearense e o seguiam cegamente.

Os recursos do Conselheiro, empregados nas obras das igrejas, na manutenção

da “guarda”, na assistência aos doentes e necessitados, provinham das “doações” e das “esmolas”. Distingamos. As “doações” eram feitas por pessoas do lugarejo e das redondezas, muitas vezes ricas, que vinham espontaneamente trazer suas ajudas. As esmolas eram obtidas pelos beatos do Conselheiro, que saíam, devidamente autorizados, para pedirem, levando, não raro, cartas neste sentido. Antônio Conselheiro era um missivista humilde, que escrevera muitas epístolas solicitando dinheiro, bois, coisas outras de que “tinha precisão”. Conhecemos algumas cartas suas e temos conhecimento da existência de outras. Pedrão contou-nos suas viagens para angariar recursos. Numa delas, naturalmente rendosa, o compadre Antônio Conselheiro deu-lhe 20\$000, importância de valor, numa época em que um “boiote” custava 40\$000. José Venâncio, ora referido como beato, ora como clavinoteiro, também andou recolhendo dinheiro. Joaquim Macambira igualmente o fez, segundo colhemos na tradição oral, que aponta o vaqueiro como homem de posses e conceito.

Frei João Evangelista disse que os adeptos do Conselheiro deviam dispor dos seus bens, entregando o produto ao “Messias de Quixeramobim”, não reservando para si mais de um vintém em cada cem mil réis (36). O informe carece de fundamento. Tal não sucedia, de forma alguma. Os moradores de Canudos conservavam seus bens, dando simplesmente aquilo que queriam ou podiam. Em verdade, ficavam pobres porque vendiam, por qualquer preço, o que lhes pertencia onde moravam e levavam o apurado para seus gastos pessoais no arraial do Vaza-Barris, onde dificilmente encontrariam como aplicar o dinheiro que possuíam. Muitos, aliás, homens remediados. Lélis Piedade observou, baseado em informações de oficiais, que a maioria dos papéis encontrados em Canudos eram escrituras de compra e venda de casas e terras, revelando a situação da economia de famílias jagunças (37). Nos levantamentos a respeito dos menores encontrados após o conflito, há referências bem elucidativas da posição de negociantes e lavradores que

35 Maria Isaura Pereira de Queiroz, *op. cit.*, p. 214.

36 João Evangelista do Monte Marciano, *op. cit.*, p. 5.

37 Lélis Piedade, *op. cit.*, p. XI.

havia sido atraídos pela pregação messiânica. Em mais de uma oportunidade, lemos que os pais dos menores eram “abastados negociantes ou agricultores”. Enganam-se redondamente aqueles que afirmam ter ido para Canudos apenas a *rale dos sertões*. Antônio Marciano dos Santos, apelidado Marciano de Sergipe, que combateu até os derradeiros instantes morrendo heroicamente, era parente do coronel Siqueira Menezes (38). Perante o general Artur Oscar, Barnabé José de Carvalho, “um chefe de segunda linha”, declarou que “não era um matuto largado. Era casado com uma sobrinha do capitão Pedro Celeste, do Bom Conselho...” (39).

Outros exemplos poderiam ser invocados no sentido de demonstrar a participação de gente de recursos, de pessoas pertencentes a “famílias de bem” nos sertões nordestinos, entre o povo de Antônio Conselheiro.

Aos recém-chegados, facilitava-se o terreno para a construção dos seus casebres. O chão, pelo que apuramos, era dado de graça. Manuel Ciríaco asseverou-nos que as terras de Canudos, numa área de uma légua em quadra, pertenciam à capela de Santo Antônio desde tempos remotos. Não esclareceu, porém, a origem desse encapelado. Garantiu-nos, todavia, que o Conselheiro permitia aos novos habitantes a edificação de suas moradias, desde que não houvessem dúvidas quanto às suas convicções monarquistas e católicas. Não havia guarida para os “abomináveis” republicanos, maçons e protestantes, enxotados do arraial quando suspeitadas suas tendências. Tais constrangimentos sofriam, por igual, os viajantes que por ali passavam e eram pessoas ligadas à máquina político-administrativa do Estado. Bastava ser eleitor do governo, haver exercido um cargo qualquer, juiz de paz, delegado de polícia, membro de mesa eleitoral, para ser o cidadão imediatamente expulso do povoado e de seus arredores. A imprensa registrou muitos desses casos.

Como já dissemos, o direito de propriedade estava assegurado. Os donos das casas podiam vendê-las. Parece-nos mesmo

que alguns as construíram para tal fim. O sargento Jacinto Ferreira da Silva mandou dizer a Rumão Suaris (sic) dos Santos: “i venha para comprar as 3 casas minhas que estou a sua Espera para sermos vizinhos” (40).

Antes do Belo Monte, quando Antônio Conselheiro fez seu primeiro povoado, o de Bom Jesus, no município de Itapicuru, uma senhora da confiança do Santo, a velha Benta, edificou algumas casinhas, que foram negociadas na ocasião em que o peregrino e seu séquito abandonaram a localidade, segundo informações do ancião Marcos Dantas de Menezes, residente na cidade de Crisópolis.

Pelo que averiguamos, o Conselheiro construiu em Canudos duas igrejas e um cemitério. Seriam estes os traços de sua ação construtiva. A primeira igreja, sob a invenção de Santo Antônio, teria sido concluída em 1893, com muita solenidade. Presença do padre Sabino, vigário do Cumbe, grande número de batizados e casamentos, música e foguetório. Às festas do Conselheiro, conforme nos relatou Marcos Dantas de Menezes, que o conheceu no arraial do Bom Jesus, hoje cidade de Crisópolis, não faltavam música e foguete. No período de Crisópolis, contratava-se filarmônica em Sergipe, para abrilhantar as festividades. O foguetório era freqüente nas manifestações da gente do Belo Monte, mencionando as crônicas da época um certo Antônio Fogueteiro, que morava à margem direita do Vaza-Barris. Por ocasião da entrega da chave da igreja de Santo Antônio, peça guardada no museu do Instituto Geográfico Histórico da Bahia, o Conselheiro deitou pregação, tendo chegado até o texto do discurso, incluído no livro manuscrito do famoso chefe carismático, publicado pelo professor Ataliba Nogueira. Um segundo templo, de maiores proporções do que o primeiro, erguido na mesma Praça das Igrejas, ainda não estava terminado quando do início da guerra.

Experimentado construtor e restaurador de capelas e muros de cemitérios, que espalhou pelos sertões de Sergipe e da Bahia, Antônio Vicente Mendes Maciel dirigia

38 Lélis Piedade, op. cit., p. XXV.

39 Euclides da Cunha, *Os Sertões*, op. cit., p. 624, nota 0.

40 J. P. Favila Nunes, op. cit., p. 34.

pessoalmente as obras em Canudos. Madrugador contumaz, logo cedo deixava o “santuário” onde vivia, para ver, fiscalizar e orientar os trabalhos de construção. Dando o bom exemplo de madrugar na tarefa edificadora, o Conselheiro como que obrigava os de sua grei ao mesmo comportamento. Os operários entravam em ação às primeiras horas do dia. Mestre de obras e entalhador de altares, Manuel Faustino, que acompanhava o Conselheiro desde o arraial de Bom Jesus, era seu principal auxiliar. O povo admirava as rosas douradas por ele esculpidas no altar da igreja, recordou Honório Vila Nova (41).

Além das obras das igrejas, o Conselheiro pregava aos seus fiéis, o que fazia com frequência. Eram os “dias de conselho”. Conhecedor da *Bíblia*, leitor da *Missão Abreviada*, livro de larga divulgação no interior do Brasil, o Conselheiro falava sobre os mandamentos, condenava os pecados, aconselhava para o bem, citando, não raro, frases latinas. Depois da Proclamação da República, porém, as questões políticas foram entrando no desenvolvimento de suas falas. Em Canudos, como já tivemos ensejo de dizer, Antônio Vicente estava inteiramente voltado para o combate ao regime implantado a 15 de novembro de 1889, numa hostilidade franca e decidida ao governo constituído. As declarações nesse sentido são sobejamente conhecidas. O barão de Jeremoabo (42) e frei João Evangelista (43) dele ouviram afirmações contundentes a respeito da República. Os escritos do Santo não deixavam a mais leve sombra de dúvida quanto à sua orientação e aos rumos que traçava para seus fanatizados acompanhantes. O próprio nome da forma de governo era significativo: re-pública, dizia ele, separando as sílabas. Não reconhecia o governo, impedia o pagamento dos impostos. Verberava contra o casamento civil, a separação da Igreja do Estado, a secularização dos cemitérios. Dificultava, senão mesmo proibia, que o dinheiro emitido depois de 1889 tivesse curso entre os jagunços. Nem o fisco nem a polícia podiam

chegar ao Belo Monte. A ausência dos representantes do erário estadual era bem aceita pelos negociantes do povoado, enquanto seus colegas das vizinhanças viam no fato um grave prejuízo aos seus próprios interesses, protestando contra a concorrência dos comerciantes estabelecidos no centro messiânico do Belo Monte, onde a volta de dom Sebastião era confusamente anunciada, sem que possamos afirmar o envolvimento pessoal do Bom Jesus na difusão de tal crença.

Canudos ou Belo Monte teria sido, em curto prazo, o maior movimento messiânico da história do Brasil. O fenômeno padre Cícero, reunindo uma grande população em Juazeiro, criando na alma do povo maiores raízes, desenvolveu-se durante mais dilatado espaço de tempo. No arraial do Vaz-Barris, porém, os fatos se sucederam apressadamente e a migração de caráter messiânico para ali encaminhada criou problemas muito sérios de segurança, de higiene, de nucleamento humano, de abastecimento. Acreditando nos milagres do Bom Jesus, mais anunciados pelos seus partidários do que por ele próprio, muito preocupado em assegurar que não era Deus, mas sim um peregrino, um miserável pecador, milhares de brasileiros, pobres e remediados, homens e mulheres, velhos e meninos, brancos, índios, negros, mestiços deixaram suas terras, abandonaram seus bens, afastaram-se dos seus parentes, dos seus compadres e afilhados e foram viver, matar e morrer num longínquo chão sertanejo, numa fazenda de criar em decadência, rapidamente transformada num verdadeiro centro humano, num autêntico formigueiro de gente. Os casebres desalinhados, surgidos da noite para o dia, diariamente numa média de doze, em certa fase, formavam um intrincado de ruelas, uma mistura de quintais e portas de frente, onde se foram localizar milhares de seres humanos na esperança de melhores dias, que chegariam, certamente, com a volta do Príncipe, anunciada nas profecias de frei Vital, confirmada pela palavra oracular do Conselheiro.

41 Nertan Macedo, op. cit., p. 69.

42 Barão de Jeremoabo, “Antônio Conselheiro”, in *Jornal de Notícias*, Salvador, 4/ abr./ 1897, p. 2, c. 6.

43 João Evangelista do Monte Marciano, op. cit., p. 4.